

CAPITALISMO, ESTADO E EDUCAÇÃO: AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, O LIMITE DO CAPITAL AO BEM PÚBLICO E A PEC 55

Valter Machado da Fonseca [*]
Jaqueline Santos Oliveira [**]
Victor Araújo[***]

[*] Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto II da Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3914-0217>
E-mail: valter.fonseca@ufv.br
[**] Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5536-4763>
E-mail: jaquelinesantoli13@gmail.com
[***] Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), graduando em Filosofia pela Universidade Paulista (UNIP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5703-8232>
E-mail: vdaraujo16@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo trazer à tona uma discussão teórica acerca da relação entre o Estado democrático e a estrutura capitalista e como isso afeta a educação. Ademais, visa exemplificar essa relação utilizando a Proposta de Emenda Constitucional 55 (conhecida com PEC do teto do gasto). Para tanto, é necessário entender o contexto maior dessa relação (que remete à América Latina e ao Brasil), entender como as políticas brasileiras têm sido pensadas e apontar que tipos de subjetividades e individualidades estão por detrás das ideologias presentes na sociedade e que impactam a escola. A análise documental e a revisão teórica de bibliografia foram as metodologias básicas aqui empregadas. A teoria crítica será o enfoque principal, auxiliado pelas possibilidades da sociologia simmeliana e da perspectiva fenomenológica da ação. Sendo assim, é possível perceber a institucionalização da técnica de gestão do Estado, a impossibilidade de representação política das massas, a diluição dos direitos básicos para o bem comum dos eleitores e a repercussão negativa desse processo na educação. A contradição entre conservadorismo e liberalismo deixa de existir e dá margem à junção de neoliberalismo e neoconservadorismo na gestão tecnocrática do Estado, ganhando aspectos de subjetividade dos setores no poder.

Palavras-chave: Estado; capitalismo, políticas educacionais; subjetividade; PEC 55.



INTRODUÇÃO: PERSPECTIVAS DO APARATO NEOLIBERAL

A construção de ideais que estruturam um Estado menos intervencionista, com liberdade individual e meritocrático a todos, auxiliou a flexibilização de acesso a direitos básicos, impulsionando sua privatização. A crescente valorização do capital como justificativa ao aparato falho do sistema público serviu de base para transformações que desajustaram o acesso social. Com isso, direitos básicos de classes menos abastadas da sociedade são comprometidos, promovendo desigualdade social, presente, principalmente, em países latino-americanos e em países considerados periféricos. A justificativa neoliberal, segundo Soares (2012), está atrelada à formação de um Estado nos moldes de países que não correspondem à realidade latino-americana. Esse Estado não resolve os reais problemas estruturais desses países, o que gera cada vez menos acesso a serviços básicos. Vale ressaltar que os problemas estruturais são inerentes ao modo de produção capitalista, tendo como exemplo a crise fiscal. Temos, assim, intensificação da desigualdade e, por fim, retrocessos cada vez maiores no desenvolvimento desses países.

Dentro desse contexto, o investimento ao acesso educacional se vê afetado por sofrer uma reestruturação através dos modos de regulamentação estatais. Esse processo dá margem para a privatização de insumos que comprometem a educação pública de qualidade. Segundo Barroso (2005), a partir da década de 1980, com a reestruturação proveniente de ideais neoliberais, o Estado adentra ainda mais dentro da lógica do capital, provocando maiores desajuste sociais. Esse fato dá maior abertura para empresas privadas adentrarem no campo educacional, “comercializando” a educação, abrindo brechas para a privatização e, por consequência, enfraquecendo os investimentos para a educação pública e gratuita. Cabe ainda acrescentar que, por capital, entendemos uma forma histórica de distribuição das condições de produção. Ou seja, um conjunto de relações sociais que leva à expropriação do trabalho e à crescente concentração de renda e de propriedade privada. Assim, a lógica do capital é uma ideologia que se diz igualitária, mas, na realidade, não é, sendo representada pela luta de classes (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 1995, p. 88).

Se, nos países latino-americanos, a maioria da população sofre com o desajuste social e o ajuste neoliberal, porque não se rebelar e criar um Estado que os atendam? Vários fatores contribuem para este fenômeno, e vão estar dispostos neste artigo. Dentro os principais, temos a alienação do capital, que influencia na intersubjetividade dos indivíduos, em suas escolhas de grupo e na construção de criticidade.



A construção de senso crítico está destinada a uma elite que possui acessos a educação de qualidade, em sua maioria privada. Este mesmo grupo utiliza discursos sobre a defesa da norma e costumes de uma sociedade “tradicional”. O objetivo desse discurso é manter uma hierarquia monopolizada de poder que permita designar a construção de leis que afetam toda a sociedade.

Dentro dessa perspectiva, buscamos neste artigo compreender as bases que constituem a promulgação do neoliberalismo em países latino-americanos e o impacto que eles causam às políticas sociais básicas. Dentre elas, está a educação, em consonância às escolhas subjetivas dos atores que a promovem na sociedade brasileira. Sendo assim, o objetivo central deste artigo é trazer à tona uma discussão teórica acerca da relação entre o Estado democrático e a estrutura capitalista e como isso afeta a educação. Ademais, visa exemplificar essa relação utilizando a Proposta de Emenda Constitucional 55 (conhecida com PEC do teto do gasto). Para tanto, é necessário entender o contexto maior dessa relação (que remete à América Latina e ao Brasil), entender como as políticas brasileiras têm sido pensadas e apontar que tipos de subjetividades e individualidades estão por detrás das ideologias presentes na sociedade e que impactam a escola.

A Proposta de Emenda Constitucional 55 (doravante PEC 55) recebe esse nome no Senado Federal, sendo que, durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, era chamada de Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241). Em 15 de Dezembro de 2016, ela se transforma em Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) e institui o Novo Regime Fiscal no Brasil para os próximos 20 anos. Dessa maneira, o orçamento do Poder Executivo, que inclui o Ministério da Educação (MEC), será reajustado com base na inflação do ano anterior. Isso significa o “congelamento” de gastos a partir do orçamento de 2016 e de sua correção para 2017 e assim por diante (AMARAL, 2017, p. 654).

A escolha da PEC 55 se dá pelo seu contexto de gestação. O Brasil havia passado pelo processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, tendo Michel Temer assumido como presidente interino. Nesse contexto, vemos uma transformação brutal no modelo de gestão do Estado, indo em direção ao fortalecimento de agendas neoliberais.

Silvio Gallo (1998, p. 146) afirma que “a ideologia não domina pela ideia; domina pelo desejo, pela prática, pela própria constituição do ser.” Diante de uma frase tão emblemática como essa é importante, primeiro, ver a subjetividade e a ideologia juntas. Segundo, entender a escola como espaço que recebe, ou seja, é impactada pela ação ideológica presente na sociedade e na mente dos *policy makers* (produtores de políticas

públicas). E, por fim, estudar as legislações que interferem diretamente na escola e na sociedade civil.

Dessa maneira, a prática diz muito sobre o que paira na sociedade e reflete os interesses das classes políticas dominantes, defensoras da norma e dos costumes, grandes responsáveis pelo conservadorismo e neoconservadorismo (conceitos explicados a seguir). Para Fonseca e Braga (2008, p. 105) “o capitalismo acaba por converter o pretense domínio do homem sobre a natureza em domínio de classe”, o que explica como se dão as relações de poder em âmbito social e como as decisões tomadas têm sido direcionadas.

Tendo o exposto em consideração, o artigo está organizado da seguinte maneira: (1) explicação metodológica e conceitos utilizados, bem como justificativa das teorias e autores selecionados; (2) descrição das teorias sobre capitalismo e democracia, com finalidade de estabelecer um panorama maior sobre a realidade e demonstrar o lugar da educação; (3) relação entre as teorias anteriores e a realidade educacional brasileira; (4) exemplificação a partir da PEC 55 e sua problematização com as teorias utilizadas; (5) e, por último, os apontamentos finais.

OS CAMINHOS ESCOLHIDOS

A análise documental e a revisão teórica de bibliografia serão as metodologias básicas aqui empregadas. Dessa maneira, a análise dos textos e a exemplificação pela PEC 55 serão feitas com base na perspectiva de que “as fontes documentais se tornam importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais” (GIL, 2008, p. 154). Com esse pressuposto é possível entender as nuances das ideias e valores que prescrevem as ações sociais e quais são os princípios que regem os assuntos de Estado, as políticas públicas e os direcionamentos para o funcionamento da coisa pública.

Já a revisão teórica é importante por captar os estudos dentro da temática de interesse, sendo chave comparativa e proporcionadora de uma lente para se lançar à realidade, produzido auxiliado pelas possibilidades da sociologia simmeliana e da perspectiva fenomenológica da ação.

A concepção de teoria crítica aqui utilizada refere-se àquela gestada na construção da escola de Frankfurt, na Alemanha, a partir dos estudos e publicações de uma série de autores. Dentre eles, Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), sendo o último responsável pela publicação do texto que distingue o que seria a teoria tradicional e a teórica crítica, em 1937. Nesse texto, o autor lança a crítica ao modo positivista que influenciava as

Ciências Sociais (teoria tradicional), para que fosse possível aprofundar o estudo sobre a democracia e o capitalismo, a partir da influência marxista da escola de Frankfurt (FREITAG, 1998, p. 17-18).

A fenomenologia da ação será utilizada para balancear a relação entre *superestrutura* e *infraestrutura*, categorias clássicas de Marx, que indicam a relação entre as ferramentas do processo de produção material (infraestrutura) e a formação das ideias, ideologias, que mantêm o sistema funcionando (superestrutura). Ou seja, ao focar na subjetividade, que seria a mesma coisa que ideologia (GALLO, 1998, p 141), buscamos entender a formação do *eu*, individual ou grupal, que está dentro no Estado no sistema capitalista. Daí, utilizar a perspectiva simmeliana, uma vez que grande parte do foco do trabalho de Georg Simmel (2013 [1908]; 2005 [1903]) é estudar a ação do ser humano a partir da constituição do sistema capitalista e das mudanças ocorridas em sua decorrência, como a urbanização e a industrialização mundial.

Ademais, conhecer o contexto capitalista de produção de ideias e visões de mundo é fundamental para entender o sucateamento que a educação vem sofrendo. Por esse motivo, tanto a perspectiva simmeliana como a fenomenologia da ação são ferramentas para não esquecer que na base dos acontecimentos históricos e das relações e conflitos de classe estão seres humanos reais. Isso se dá pelo fato de a fenomenologia buscar “sair da caixa” para alcançar a essência das coisas. Assim, adota uma nova forma de considerar o mundo, em oposição ao positivismo, como o faz a teoria crítica. Vale ressaltar que o positivismo é entendido como o método e/ou teoria que visa criar leis universais a partir da observação de casos particulares, deixando o estudo do ser humano confinado ao uma lógica indutiva e apenas descritiva dos fatos científicos (TOURINHO, 2011, p. 136).

Entende-se, portanto, que a teoria crítica, juntamente com as demais teorias utilizadas, possibilita uma forma de se fazer ciência que se baseia na possibilidade de emancipação Humana.

Para além disso, mas não menos importante, “a teoria crítica possui como foco o homem em sua condição de classe”, entendendo que “o processo de conhecimento é fruto da elaboração mental, mas também da vivência do homem” (MARCONDES; TOLEDO, 2014, p. 172). Em consequência, sendo gestada em crítica ao capitalismo, leva em consideração o contexto das trocas, da alienação e da produção de necessidades, ou seja, o processo de criação de subjetividades e processos que tenham como base a manutenção da realidade do lucro e da exploração do homem e da natureza.



Voltando a Freitag (1988, p. 71), a autora afirma que “o produto cultural integrado à lógica de mercado e das relações de troca deixa de ser ‘cultura’ para tornar-se valor de troca”. Na esteira desse pensamento, é necessário entender como o desenvolvimento histórico se torna ele mesmo em mercadoria para que se possa produzir conhecimentos, e que devemos ter o cuidado e, até mesmo a audácia, em pensar a realidade do ponto de vista da luta de classes e da exploração. Por esse motivo, a escolha de Claus Offe (1980) e Adam Przeworski (1991) como parte teórica central.

Offe (1980) apresenta uma série de contribuições à teoria crítica ao analisar a Estado sendo gestado, ou melhor, cada vez mais cooptado pelo capital. Assim, demonstra como os grupos de interesses capitalistas dentro dos Estados obedecem a uma ordem mundial e, por conseguinte, todos esses Estados têm interesse na conservação da ordem econômica global. Já Przeworski (1991), complementa o trabalho de Offe (1980), na medida em que trabalha a relação entre capitalismo e democracia. Dessa maneira, ele é quem demonstra mais claramente como a democracia é utilizada pelo capitalismo, bem como a economia de mercado que vem regulando o mundo é um projeto político.

Se acreditamos em justiça social, devemos entender que um mundo alienado não é justo. Nesse tipo de realidade, a educação é matéria, subsumo para a perpetuação desse estado acrítico geral. Isso permite que a análise dos resultados educacionais seja superficial (quantitativo), sem o aspecto da produção do senso crítico, acarretando uma massificação do ensino e uma possível análise conturbada do coerente resultado educacional.

A COMPLEXIDADE ATUAL E AS RELAÇÕES DE PODER PRESENTES NAS INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

Em seu “Excurso sobre o problema: como é possível a sociedade?”, Simmel (2013 [1908], p. 659) chama atenção ao fato de que “nos círculos de militares, religiosos, funcionários públicos, eruditos, familiares etc., cada um vê o outro partindo da premissa auto evidente de que: este aí é um membro do meu círculo.” Com esse trecho, começamos a entender como ocorrem as identificações pessoais dos agentes de poder na sociedade. Se estamos em um ambiente de socialização comum com ideias neoliberais, refletiremos no mundo essas ideias, portanto, estamos a todo momento refletindo as ideias capitalistas.

Em outro texto clássico, intitulado “As grandes cidades e a vida do espírito”, o mesmo autor demonstra como as relações nas grandes cidades têm sido complexas e como existe um mecanismo de autodefesa do indivíduo diante do outro. Dessa maneira, o autor fala sobre o



caráter impessoal da sociedade que começava a se erigir na época do texto e que ainda é bastante real atualmente:

Nas construções e instituições de ensino, nos milagres e confortos da técnica, que domina o espaço, nas formações da vida em comum e nas instituições visíveis do Estado revela-se um espírito que se tornou tão impessoal, que se cristalizou em uma multiplicidade de tal modo imponente, que a personalidade, por assim dizer, não se pode contrapor a isso (SIMMEL, 2005 [1903], p. 588).

O que Simmel vem tratar nesse texto é o movimento de complexificação da sociedade e das relações, bem como a diferenciação das subjetividades a partir da individualização, ou seja, a diminuição das relações interpessoais e da empatia. Isso significa, em primeiro ponto, que os atores sociais não se enxergam mais como iguais, a não ser que façam parte de um mesmo grupo e compartilhem as mesmas ideologias; e, segundo, que o desconhecimento e a preocupação com o outro não se levam em consideração na “correria” da vida moderna. Experimenta-se a época da técnica, da eficiência, da impessoalidade e da busca por dinheiro.

Um primeiro resultado desse processo é que se vive um momento histórico em que a contradição do perdão das dívidas bancárias subsiste ou coexiste com a urgência de reformas políticas e sociais. A reminiscência do conservadorismo agora é a onda neoconservadora e neoliberal que dilui a democracia e os direitos sociais básicos, indo de encontro ao fim da possibilidade de dignidade das classes populares. Prolifera, portanto, a violência. É nesse contexto, tendo por base o que chamamos de cultura política, que passa a política educacional latino-americana e brasileira e a gestação da PEC 55.

Para compreendermos melhor essa relação, vejamos o que entendemos por conservadorismo e neoconservadorismo. O conservadorismo está relacionado às ideias para a manutenção de uma ordem política, social e econômica (BONAZZI, 2000, p. 243) e que favorece a burguesia. Remete, portanto, à fundação do Estado burguês e capitalista. Acompanha esse conceito o que entendemos tradicionalmente por liberalismo e que foi base da formulação desse mesmo Estado pós Revolução Francesa. É necessário apontar a contradição que surge entre a necessidade burguesa de manter a ordem capitalista e as ideias liberais que prezam pela liberdade e individualidade.

Por sua vez, o neoconservadorismo remete a ideias mais contemporâneas e a modos de pensar não necessariamente burgueses, mas usados junto destes. Essas ideias reproduzem discursos de ordem e de violência (muito semelhantes ao fascismo e ao totalitarismo), bem como de supressão de direitos sociais e civis básicos; são também acompanhados de discursos religiosos



os e excludentes (como homofobia e racismo); sendo assim, configura-se como discurso reacionário. Está também ligado ao neoliberalismo, entendido como o contexto em que se encontra o atual capitalismo, após as transformações ocorridas durante o século XX. Transformações ocasionadas tanto pelas mudanças no modo de pensar o Estado após o keynesianismo (explicado mais abaixo) como pelo aprofundamento da globalização e da economia de mercado.

Para Adam Przeworski (1991, p. 241), existe uma ideologia que tem orientado a direita desde a década de 1920. Ela se opõe “ao estatismo, defende a hegemonia do empresário, apresenta o consumo popular como contrário aos interesses nacionais e acredita fundamentalmente na racionalidade do mercado e na importância da autonomia da moeda”. Porém, existe um fato interessante nessa constatação no que ele chama de ideologia, que é a teoria econômica de cunho técnico exercendo papel dominante.

Faz-se, neste momento, interessante explicar a ligação entre o pensamento de Przeworski (1991), como resultado do estudo de um processo histórico da democracia, com as constatações de Claus Offe (1980), em seu texto: “Dominação política e estruturas de classes: contribuição à análise de sistemas sociais do capitalismo tardio”. Essa reflexão é pertinente para entender como a questão técnica da economia se torna institucionalizada dentro de um processo de manutenção de poder na democracia e como cria as subjetividades que mantêm o sistema.

A junção destes dois processos permite compreender como pensam e agem os atores políticos compelidos pelo sistema capitalista e de que modo instituições de representação e grupos de interesse não têm alcançado visibilidade. Da mesma forma, é possível vislumbrar as falhas no processo decisório e como isso vem afetando a educação, um dos nossos focos de análise. Começamos com as contribuições de Offe (1980) para depois explicar os processos descritos por Przeworski (1991).

Offe (1980, p. 109) trava um diálogo com a chamada teoria das elites. E, “segundo essa concepção, portanto teríamos que contar com grupos sociais consistentes em termos de poder, os quais não seriam controlados pelas instituições da constituição democrática”. Esses grupos deteriam o poder de decisão e de suposta representação da sociedade e do bem comum, mas agiriam conforme interesses privados. Porém, autor demonstra algo diferente dessa explicação. Para ele,

[...] a filtragem e o controle do processo de formação de vontade política são efetuados não mais através do direito positivo exclusivo a determinadas categorias de

peçoas, mas por meio de mecanismos de disciplinamento embutidos nas instituições de articulação política de necessidades (OFFE, 1980, p. 116-7).

Três grupos participantes do processo democrático seriam responsáveis por influência política no processo de decisão e de legislação, a saber, os partidos políticos, as associações e sindicatos e o parlamento ou, em alguns casos, a câmara. Essas três esferas deveriam ter a missão de sintetizar e fazer valer o que Schumpeter (1961, p. 307) chama de bem comum, considerado por ele o farol que orienta a política. Ele se manifesta em uma vontade geral levando em conta o interesse, o bem estar ou a felicidade. Dessa forma, em uma sociedade democrática, os negócios públicos são controlados por todos os membros, em conjunto.

As instituições acima citadas acabam por não cumprir com seu dever de representação. Isso ocorre pois, nas palavras de Offe (1980, p. 131), as organizações que deveriam cumprir essa função “degeneraram ao ponto de transformar-se em sistemas ‘representativos’ de filtagem, tornando impossível que a ação político-administrativa se oriente diretamente a partir das expectativas e dos interesses imediatos da população”.

Até aqui, vimos que há um problema de representação e que as instituições que deveriam dar conta desse processo não têm funcionado, algo que não é novo em análises da democracia, principalmente nos países de capitalismo tardio. Assim, temos que os interesses de classe não estão exatamente sendo manifestados e representados. Devemos, portanto, nos indagar como se assegura a manutenção de interesses da esfera econômica capitalista na gestão e governos dos Estados. Para isso, é necessária uma mudança de abordagem que

[...] deixa de ser o interesse estruturalmente privilegiado de *uma classe dominante* (ou de seu comitê executivo), e em seu lugar surge um esquema de *três problemas fundamentais para o sistema*, cuja resolução autonomizou-se no sistema político, por estar sujeita a *imperativos “objetivos”*, não específicos em termos de interesse. (OFFE, 1980, p. 132, grifos do autor).

Com base no exposto, entende-se que não é necessário um grupo econômico e político no poder para que os interesses do grande capital se perpetuem na sociedade democrática. Portanto, as três problemáticas em questão são (1) a estabilidade econômica, (2) as relações externas e (3) a certificação da lealdade das massas. Para dar conta do bom funcionamento dessas três questões, o aparelho de estatal, em todas as sociedades do capitalismo tardio, utiliza-se das mais complicadas técnicas de administração tecnocrática – caso contrário, elas podem entrar em crise a qualquer momento e se manifestar desregulando umas as outras (OFFE, 1980, p. 134).

É a partir disso que é possível entender como os Estados latino americanos, dentre eles o Brasil, não conseguem fazer valer as manifestações populares e estarem longe dos interesses do capital, mesmo em governos de esquerda e com forte apelo a políticas sociais. O poder
então é



garantido para que as maiores vantagens políticas sejam atribuídas a grupos funcionais e a setores institucionais que possam contribuir mais contundentemente para a redução de riscos (OFFE, 1980, p. 134).

A ligação dessas constatações com Adam Przeworski (1991) se dá na questão da técnica. Para o autor, a influência do keynesianismo nas políticas econômicas e sociais é responsável pelos alicerces políticos e ideológicos para o “compromisso” da democracia com o capitalismo (PRZEWORSKI, 1991, p. 244). Isso se deu, principalmente, pela manutenção da distribuição de renda e do nível de emprego. O resultado desse processo se descreve da seguinte forma:

O keynesianismo subitamente deu aos partidos políticos do operariado uma razão para estarem no poder. Parecia haver algo a ser feito; parecia que a economia não se estava movendo de acordo com as leis naturais, que as crises econômicas podiam ser atenuadas e o sofrimento amenizado se o Estado adotasse políticas anticíclicas de administração da demanda (PRZEWORSKI, 1991, p.245).

A explicação técnica do sucesso do keynesianismo e da subida ao poder da esquerda se encontra na questão da demanda. Aumentar o consumo era a solução para a crise, para o desemprego e para renda. Assim, o necessário a ser feito era a redistribuição de renda. “A consequência desse tipo de medidas é que as relações sociais passam a ser mediadas por instituições políticas democráticas, em vez de permanecerem dependentes da esfera privada” (PRZEWORSKI, 1991, p. 247). Seguindo essa lógica, é possível entender por que pensar o domínio do poder de dentro do aparato burocrático e de funções do Estado é importante, pois ele se tornou refém da solução da crise. O problema agora é que nem a direita e nem a esquerda conseguem resolver os nós do capitalismo.

Os efeitos disso na educação não são tão fáceis de vislumbrar num primeiro momento se os pensarmos separadamente das demais questões sociais. Voltando a Offe (1980), deslumbramos esse processo:

Delimita-se assim uma nova fase no desenvolvimento capitalista, na qual áreas de crise periféricas do sistema institucional são precariamente controladas para não produzirem maiores distúrbios no sistema global, mas no todo são abandonadas a si próprias, sem que para a grande maioria os privilégios de classe ainda tenham importância. Com isso a pauperização do proletariado do capitalismo nascente seria substituído pela moderna pauperização das “áreas de depressão”: pontos de referência para isso são as áreas de educação, dos transportes, da moradia e da saúde, que atingem *todos* os cidadãos. O mesmo é válido para as situações marginalizadas da fase pré-escolar da socialização, do desemprego, da velhice após a saída da vida profissional, dos doentes mentais e dos criminosos. E diz respeito também a situações sociais excepcionais, como nos casos das minorias étnicas, dos ramos econômicos sem futuro, das favelas e das áreas de pobreza estrutural (OFFE, 1980, p. 136).



Isso tudo é decorrência da racionalidade da técnica para manter o equilíbrio do sistema. Sendo assim, a ação de manutenção do sistema democrático, somada ao impedimento da representação da sociedade nos processos de legislação e decisão, levada sobre uma falsa objetividade, demonstra como se molda a subjetividade daqueles que estão no poder. Independente do grupo que faça parte, a necessidade de equilíbrio e de técnica da administração traça o caminho do capital. Isso ocorre, inclusive, com o processo educacional que precisa manter aquecido o mercado da mão de obra e sofre com diversas políticas neoliberais e neoconservadoras, impedindo o processo de pensamento crítico da realidade.

A ideologia prefigura como resultado de um processo histórico de desenvolvimento teórico científico, captado pelo Estado, preenchendo o discurso sobre como resolver problemas sociais e econômicos. Esse discurso pauta as ações dos políticos e, inclusive, os votos da população.

A EDUCAÇÃO MERCADORIA E AS CLASSES POPULARES

Agora, torna-se primordial conhecer em qual contexto a educação brasileira está inserida, levando-se em consideração as contribuições acima para entender: (1) a formação de mercados educacionais; (2) a influência de organismos internacionais; (3) a existência de projetos conservadores junto aos liberais; (4) o processo de exclusão por dentro do sistema educacional; e (5) a relação entre a educação e o discurso técnico.

Segundo Costa (2012, p. 419), existe a formação de mercados educativos, impulsionados por grandes instituições internacionais, que têm orientado reformas educacionais em caráter internacional e regional. Essa influência se dá por meio de crédito financeiro e, principalmente, assistência técnica. Isso se confirma no contexto brasileiro e Latino Americano, e é também a realidade de inúmeros governos Europeus logo após o contexto de modificações da burocracia estatal dos anos 1980 (BARROSO, 2005).

Motta e Frigotto (2017) analisam a reforma do Ensino Médio (Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017) com base na teoria crítica e na teoria do capitalismo de dependência. Inicialmente, destacam os argumentos da importância econômica da reforma para depois demonstrar como os jovens, sujeitos da mudança, estão imbricados pela ação da educação profissional que a reforma contém. Esses sujeitos sofrem a ação direta do currículo escolar, considerado sobrecarregado, o que permite evasão escolar. Sendo que, para o discurso que impõe o projeto, é necessária a melhoria e a modernização do ensino. Isso seria feito com base nos requisitos de *organizações internacionais* para ter bons resultados em

provas e flexibilizando o currículo.

Para os autores, essa relação é maléfica e o Brasil vive uma crise aguda com relação às medidas econômicas, a educação e a questão social, afetando os jovens da classe trabalhadora. Por fim, há a relação entre a reforma, a PEC 55 e os projetos conservadores que têm invadido o âmbito governamental e educacional. Essa série de medidas tomadas sem diálogo com população vai chegar a ela sem que a mesma perceba a gravidade do impacto que podem causar. Isso demonstra o desmanche dos direitos universais da classe trabalhadora.

Com as reflexões trazidas até agora, é possível perceber que a contradição existente entre conservadorismo e liberalismo não é mais contradição, tendo entrado em cena a relação de necessidade entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Um discurso usa o outro a seu bel-prazer para que seus objetivos separados sejam cumpridos, porém, a junção nas mãos das elites político-econômicas pode ser desastrosa e violenta à população e, em grande parte, pela via educacional. Sendo assim, todo esse processo

[...] traduz, na prática, o ideário liberal-conservador no qual convergem elementos fascistas do movimento Escola 'sem' Partido e economicistas do Todos pela Educação, revestidos pelas benesses da filantropia dos homens de bem e propulsores do desenvolvimento econômico (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 368).

Freitas (2007) discute as relações entre a avaliação escolar baseada na responsabilização, a política neoliberal de desempenho pela meritocracia e desigualdade social. Assim, demonstra que existem muitas coisas além no desempenho das escolas em provas, ou seja, condições objetivas do complexo educacional brasileiro e muitos casos específicos a serem elencados. Portanto, a ideia de responsabilização das escolas é inadequada e conduz a um processo, pautada pela lógica mercadológica, de produzir escolas para ricos e escolas para pobres.

O autor discute, também, o conceito de eliminação adiada, ou seja, a permanência, dentro da escola, de alunos que não entram em algumas estatísticas, o que mascara a realidade escolar, se enquadrando em alguns indicadores e momentos mais oportunos (FREITAS, 2007, p. 972). Assim, não se exclui, mas internaliza-se o processo de exclusão por dentro do sistema educacional. Dessa maneira, não adiantam políticas de avaliação da qualidade do ensino e políticas públicas para a educação extremamente centralizadas.

Com base nessas reflexões, caminhamos no sentido de entender que a relação externa do Brasil pressupõe acompanhar uma série de condições internacionais e norteadoras das tendências nos processos educacionais. Vale lembrar a contribuição de Offe (1980) de que as



relações exteriores fazem parte do equilíbrio de governo necessária à democracia dentro do capitalismo.

Assim sendo, não apenas esse processo de subserviência se institucionaliza como prejudica a educação. É possível, também, constatar como as políticas públicas têm relação com as tendências mundiais, inclusive, na reforma fiscal. Freitas (2012, p. 388) constata que “estratégias de privatização têm sido usadas como forma de promover, de fato, uma ‘reforma fiscal’ na educação e não uma ‘reforma educacional’ ou um aumento da equidade”. Isso tudo vai de encontro à constatação de Motta e Frigotto (2017, p. 369) para esse pacote de medidas que vêm ocorrendo pós 2016, que seria:

Com o corolário, afirma-se as parcerias público-privadas como estratégia de privatização do Ensino Médio pela venda de pacotes e determinação do conteúdo e dos métodos de ensino por institutos privados ou organizações sociais, supostamente neutros.

Dessa maneira, temos, nas palavras de Barroso (2005, p. 740), a criação de um “quase mercado” educativo, sendo que o resultado é a “diminuição da intervenção do Estado e a privatização da prestação do serviço educativo, como única solução para os problemas com que se debate atualmente a escola pública”. Toda essa problemática é consequência das reformas ocorridas na educação, influenciadas pelos organismos internacionais acima citados e que são dirigidos pelo discurso da técnica e da eficiência de nossa sociedade.

A PEC DO TETO DE GASTO E SUA INCONSISTÊNCIA NA REALIDADE: NOTAS SOBRE O DISCURSO TÉCNICO

O processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff tem início no dia 2 de Dezembro de 2015 e se encerra em 31 de Agosto de 2016. Antes mesmo de sua finalização, o Presidente interino Michel Temer, envia, em 15 de Junho de 2016, uma Proposta de Emenda à Constituição, que, ao chegar à Câmara dos Deputados, será nomeada de Proposta de Emenda Constitucional nº 241. O documento é assinado eletronicamente por Henrique de Campos Meirelles e Dyogo Henrique de Oliveira, respectivamente Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Segundo Amaral (2017), o grupo que se instala no Governo Federal, durante e depois de todos os acontecidos de 2015 e 2016, é o mesmo que comandou o Brasil entre 1995 e 2002 sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O autor relata ainda que durante o governo de FHC ocorreram várias reformas a partir do Consenso de Washington – resultante de uma

reunião ocorrida em Novembro de 1989, na cidade de Washington, convocada pelo *Institute for International Economics* e nomeada de “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”.

Ainda segundo Amaral (2017), citando Batista (1999, p. 19 e 33), os temas discutidos durante o Consenso foram: (1) disciplina fiscal; (2) gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) privatizações; (5) liberalização financeira; (6) regime cambial; (7) liberalização comercial; (8) investimento estrangeiro; (9) desregulação; e (10) propriedade intelectual. Logo, as várias reformas ocorridas por causa da influência dessa reunião tinham como objetivo (1) a redução de gastos públicos, (2) a reformulação das normas para o ingresso de capital estrangeiro, (3) a desregulação dos mercados (que se daria pela menor intervenção do estado, como, por exemplo, no controle de juros) e (4) a privatização de empresas e serviços públicos.

Vê-se, portanto, que temáticas como a educação e seu financiamento não estavam presentes na discussão. Ademais, é importante apontar que, logo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, grande parte das políticas utilizadas durante o governo de FHC, baseadas no Consenso de Washington, voltam à cena. Temos uma transformação brutal no modo de gestão do Estado, completamente diversa das práticas ocorridas entre 2003 e 2015, durante o período do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

É importante notar a relação desses elementos com as teorias aqui descritas, de Offe (1980) e de Przeworski (1991), na questão das técnicas de gestão do Estado dentro do capitalismo e como elas afetam a educação. Cabe agora, com base nesses pressupostos, fazer a exemplificação com a PEC 55.

A PEC 55 institui, no Art. 106, o “Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros” (BRASIL, 2016). Logo no início da leitura da lei parece que apenas os seguintes setores terão seus gastos controlados:

Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I - do Poder Executivo;

II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público;

e

V - da Defensoria Pública da União (BRASIL, 2016).

Assim que chegamos ao Art. 10, temos “as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 2016), o que entendemos que não só os órgãos da administração pública serão afetados, mas também alguns daqueles setores de depressão indicados por Offe (1980) e explicitados anteriormente.

Temos duas consequências da PEC 55 segundo Rossi e Dweck (2016, p. 1): (1) a proposta não vai trazer crescimento econômico e (2) vai reduzir substancialmente os gastos com saúde e educação. A medida pode gerar mais crise, logo é necessária a manutenção dos três pilares de Offe (1980). Dessa forma, as políticas para controle econômico, mesmo indo de encontro ao fim das políticas sociais, são vistas como necessárias para um bem maior geral que virá no futuro. Porém,

No círculo vicioso da austeridade, cortes do gasto público induzem à redução do crescimento que provoca novas quedas da arrecadação e exige novos cortes de gasto. Esse círculo vicioso só tende a ser interrompido por decisões deliberadas do governo, a menos que haja ampliação das exportações em nível suficiente para compensar a causação cumulativa da retração das demandas interna, pública e privada. Essa exceção é menos provável diante de uma crise internacional como a que o mundo enfrenta nesta década, com lenta recuperação da demanda, maior competição pelos mercados e com o comércio exterior crescendo menos do que o já deprimido PIB mundial (ROSSI; DWECK, 2016, p. 1).

Há mais dois elementos importantes a serem considerados, o Art. 7 que determina que os gastos só poderão se alterar com base no “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo” (BRASIL, 2016). Isso significa que existe a possibilidade da criação, caso haja reformas nos nossos modelos de medição de inflação, de outros índices que possam nortear o teto. Na sequência disso, preocupa outro artigo:

Art. 108. O Presidente da República poderá propor, a partir do décimo exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2016).

Serão 10 anos sem alteração no método de correção, o que pode garantir a diminuição, em valores reais, do teto estipulado pela lei, uma vez que o que se busca é uma inflação sempre baixa. Assim, tal projeto prefigura e insinua a decadência de dois setores fundamentais de bem estar social, inclusive de melhorias nos índices de desigualdade social. Além disso, apesar do caráter técnico que dá força à lei, vemos, com base em uma simulação dos valores das perdas reais de investimento apresentada por Rossi e Dweck (2016, p. 4), que

[...] com o congelamento das despesas com saúde e educação, estas passarão de 4% do PIB em 2015 para 2,7% do PIB em 20 anos, quando a população brasileira será 10% maior. Enquanto que os outros gastos federais (excluindo previdência e juros) que eram 7% do PIB em 2015 serão de 0,6% do PIB em 2036, o que não parece tecnicamente, tampouco politicamente, factível.

Tendo por base a iminência da reforma do Ensino Médio, que precisará de verbas e de uma reestruturação do sistema de ensino, somada ao teto de gasto imposta pela reforma fiscal, existe uma contradição latente: Como fazer reforma e modificar a educação com teto de gastos? A resposta básica é a possibilidade de privatização de parte do sistema educacional e de saúde, continuidade ou piora salarial dos profissionais e a piora das condições físicas. A retirada do Estado desses processos que se vinculam ao bem de todos vai à oposição à proposta keynesiana já descrita (PRZEWORSKI, 1991). Porém, ainda tem o peso da ação pautada no discurso do controle econômico, uma vez que o que se objetiva com a reforma é o pagamento da dívida externa. Percebemos, assim, a validade dos processos descritos por Offe (1980).

Há ainda que pensar o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, com duração de 2014 a 2024. Segundo sua meta número 20, no ano de 2024, o investimento em educação deve alcançar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (BRASIL, 2014). Para Amaral (2016), com base em análise de dados sobre despesas primárias e arrecadação de impostos, isso é muito difícil de ocorrer, porque os reajustes de gastos não podem ultrapassar o teto da inflação. Dessa maneira, mesmo que haja aumento de arrecadação, a PEC 55 não permite seu uso em despesas primárias (pagamentos de pessoal, encargos sociais, despesas correntes, investimentos e inversões financeiras). Portanto, todo o excedente, após a correção pela inflação, será destinado ao pagamento da dívida pública e de seus juros. A conclusão, portanto, é a “morte” do PNE (2014-2024) (AMARAL, 2016, p. 671; AMARAL, 2017, p. 25).

Toda essa tendência se achega, também, à falha da esquerda de garantir que o processo de crise constante do capital estivesse sob controle, como queria a proposta técnica keynesiana, colocada por Przeworski (1991). Resta a indagação de até que ponto será necessário o sacrifício da educação e da possibilidade de emancipação da condição de exploração do ser humano, sem sair desse círculo institucionalizado e regado tecnicamente que tem moldado a subjetividade daqueles que se encontram no poder.

PARA NÃO CONCLUIR!



Todo esse conluio de ações e acontecimentos, resultados da influência do discurso técnico a gestão do Estado, promoveu maneiras simples de se lidar com as políticas econômicas e sociais. A influência dos acontecimentos históricos das crises cíclicas do capitalismo fortaleceram as bases para que esse discurso adentrasse a constituição da própria democracia. Isso gerou certo vício na gestão do poder. Esquerda e direita são reféns da manutenção da ordem, do emprego e da renda a todo custo. Apesar de caminhos diferentes, no caso brasileiro, as coisas não andam bem.

As séries de medidas de cunho de normalização econômica têm atacado direitos fundamentais das classes populares, que se veem reféns de discursos vazios e técnicos da resolução de problemas. O resultado desse processo é a ascensão de políticos que carregam consigo a união do neoliberalismo e da diminuição do papel do Estado, que já é completamente institucionalizada no nosso modelo democrático; e, também, a onda neoconservadora que apresenta discurso de ordem e de resolução rápida e fácil dos problemas da nação, indo contra a corrupção e melhorando a gestão dos recursos – escassos, em diminuição com a PEC do teto dos gastos.

Parece haver aumento das contradições do sistema, porém, sem uma educação de qualidade e crítica que permita que todos pensem sua própria realidade, é impossível que exista representação dos interesses de bem comum da sociedade. Dessa maneira, a PEC 55 é parte de um pacote que ataca e imobiliza setores sociais que necessitam de emancipação. Isso tudo ocorre em consequência das falhas do processo democrático e pela condição de cega inserção do mercado mundial de tendência de controle da economia, da educação e do Estado de bem estar social e que vem moldando a subjetividade daqueles que estão no poder.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 3, p. 653 - 673, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.seer.ufpb.br/rbpae/article/view/70262/39677>>. Acesso em: 21 Set. 2018.

AMARAL, N. C. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 2-25, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400200&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Set. 2018.

BARROSO, J. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial – Out. 2005. Disponível em:<



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302005000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 05 Set. 2018.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Consulta Popular, Cartilha n.º 7. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRASIL. Lei n.º 13.005 de 15 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 9 Set. 2018.

BRASIL. Projeto de Emenda Constitucional n.º 55, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, pp 2-3, 16 de Dezembro de 2016.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BONAZZI, T.; BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. vol. 1. Brasília: Editora da UnB, 2000, p. 242-246.

COSTA, F. L. O. O estado neoliberal e a promulgação da educação enquanto mercadoria. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 6, n.2, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/203/209>>. Acesso em: 20 Set. 2018.

FONSECA, V. M.; BRAGA, S. R. Globalização e crise na educação: notas para uma ação ética na escola. **Revista Formação**, n. 16, v. 01, p.103-116, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/869/897>>. Acesso em: 19 Set. 2018.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. Editora Brasiliense, 1988.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Set. 2018.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 Set. 2018.

GALLO, S. Subjetividade, ideologia e educação. **Perspectiva**, v. 16, n. 29, p. 133-152, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10581>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONDES, N. A. V; DE MELO TOLEDO, M. F. Teoria social crítica: práxis e

polê



micas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 171-182, 2014. Disponível em:
<<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/206>>. Acesso em: 20 Nov. 2018.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, Jun. 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

OFFE, C. Dominação política e estruturas de classes: contribuição à análise de sistemas sociais do capitalismo tardio. In: OFFE, C.; VOGT, W.; FRANKE, J.; OFFE, C. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

ROSSI, P.; DWECK, E. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00194316, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001200501&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 1 Dez. 2018.

SIMELL, G. Excurso sobre o problema: como é possível a sociedade? **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 653-672, Dez. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223838752013000600653&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Abr. 2018.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, Out. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Out. 2018.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Editora Fundo de cultura, 1961.
SOARES, L. **Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

TOURINHO, C. D. C. A crítica da fenomenologia de Husserl à visão positivista nas ciências humanas. **Rev. Abordagem Gestalt.**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 131-136, Dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Set. 2018.



CAPITALISM, STATE AND EDUCATION: THE EDUCACIONAL POLICY TENDENCIES, THE CAPITAL'S LIMIT TO THE COMMONWEAL AND PEC 55

ABSTRACT

This study aims to bring up a theoretical discussion about the relationship between the Democratic State and the capitalist structure and how it affects education. Furthermore, it aims to exemplify this relationship using the Proposed Constitutional Amendment 55 (known as PEC of the expenditure ceiling). Therefore, it is necessary to understand the larger context of this relationship (which refers to Latin America and Brazil), to understand how Brazilian policies have been conceived and to point out what types of subjectivities and individualities are behind the ideologies present in society and which impact the school. The documentary analysis and the theoretical revision of bibliography will be the basic methodologies used here. Critical theory will be the main focus, aided by the possibilities of Simmelian sociology and the phenomenological perspective of action. Thus, it is possible to perceive the institutionalization of the technique of management of the State, the impossibility of political representation of the masses, the dilution of basic rights for the common good of the voters and the negative repercussion of this process in education. The contradiction between conservatism and liberalism ceases to exist and gives rise to the junction of neoliberalism and neoconservatism in the technocratic management of the State, gaining aspects of subjectivity of the sectors in power.

Keywords: State. Capitalism. Educational policies. Subjectivity. PEC 55.

CAPITALISMO, ESTADO Y EDUCACIÓN: TENDENCIAS EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS, EL LÍMITE DEL CAPITAL AL BIEN PÚBLICO Y PEC 55

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo plantear una discusión teórica sobre la relación entre el Estado democrático y la estructura capitalista y cómo afecta a la educación. Además, pretende ejemplificar esta relación utilizando la Propuesta de Enmienda Constitucional 55 (conocida como PEC del techo de gasto). Por lo tanto, es necesario comprender el contexto más amplio de esta relación (que se refiere a América Latina y Brasil), comprender cómo se han concebido las políticas brasileñas y señalar qué tipos de subjetividades e individualidades están detrás de las ideologías presentes en la sociedad y cuáles impactan en la escuela. El análisis documental y la revisión teórica de bibliografía serán las metodologías básicas aquí empleadas. La teoría crítica será el enfoque principal, auxiliado por las posibilidades de la sociología simmeliana y de la perspectiva fenomenológica de la acción. Siendo así, es posible percibir la institucionalización de la técnica de gestión del Estado, la imposibilidad de representación política de las masas, la dilución de los derechos básicos para el bien común de los electores y la repercusión negativa de ese proceso en la educación. La contradicción entre conservadurismo y liberalismo deja de existir y da margen a la unión de neoliberalismo y neoconservadurismo en la gestión tecnocrática del Estado, ganando aspectos de subjetividad de los sectores en el poder.

Palabras clave: Estado. Capitalismo. Políticas educativas. Subjetividad. PEC 55.

Submetido em: 01/10/2020

Aprovado em: 24/10/2021

Publicado em: 12/11/2021